Oficio nº. /2021/DPRN

Cuiabá-MT, 09 de abril de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

Bloco E, Zona Cívico-Administrativa Esplanada dos Ministérios,

Brasília - DF, 70297-400

[ministro@mctic.gov.br](mailto:ministro@mctic.gov.br), [agendaministro@mctic.gov.br](mailto:agendaministro@mctic.gov.br), [eduardo.temporin@mctic.gov.br](mailto:eduardo.temporin@mctic.gov.br), [sexec@mctic.gov.br](mailto:sexec@mctic.gov.br), suv@mctic.gov.br

**Assunto:** Reunião sobre Estruturação do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP

Senhor Ministro,

1. Ao cumprimentá-lo respeitosamente, dirigimo-nos a Vossa Excelência para tratarmos da estruturação definitiva do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) dentro de uma necessária estratégia de expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Trata-se de medida altamente relevante para a fixação de uma unidade de pesquisa, de caráter nacional, na região da maior planície alagável do planeta, o Pantanal.
2. Essa ação esteve em consonância com a proposta ministerial de médio prazo, de implantação de um instituto de pesquisa sólido para os principais biomas do país: Amazônia (INPA), Mata Atlântica (INMA), Caatinga (INSA) e o Pantanal (INPP), sem desconsiderar, é claro, a abrangência ao Cerrado. A proposta foi materializada na ação orçamentária 10ZU, presente nas LOAs 2009, 2010 e 2011.
3. Ainda em 2008, a comunidade científica pantaneira, composta por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mobilizou-se política e administrativamente para que a medida fosse, de fato, efetivada. Houve, ainda em 2008, o anúncio da implantação da sede do então Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, com recursos iniciais de R$ 8.000.000,00, que, posteriormente, por questões técnicas e jurídicas, recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal -INPP, com execução com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
4. Houve ainda, em 2008, Portaria criando um Comitê Técnico-Científico com a finalidade de elaborar um plano científico para o conhecimento e o uso sustentável dos recursos naturais do Pantanal que pudesse indicar mecanismos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na região pantaneira. Em tal empreeitada, foram envolvidos representantes de várias instituições que possuem tradição na discussão sobre o bioma: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul - UEMS, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (Pantanal), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade Estadual de Maringá - UEM e o Instituto Max-Plank (Alemanha).
5. Foram preparados projeto de lei, protocolo de intenções, estudos sobre cessão de terreno e formados acordos entre as instituições, o governo de estado de Mato Grosso e o MCTI, para a implanatação definitiva do instituto. Hoje, as instalações do INPP são ocupadas, em regime de cessão temporária (empréstimo), em parceria e colaboração entre várias instituições. Mais de 500 atividades acadêmico-científicas foram desenvolvidas nas dependências do INPP, envolvendo seminários, aulas de pós-graduação, congressos, encontros, reuniões etc e, em 2014, a lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014, criou o INPP e outros espações institucionais.
6. Contudo, por razões diversas, permanece a necessidade urgente de estruturação definitiva do INPP, com a previsão de recursos para ações de pesquisa, estruturação e manutenção do INPP, edição de Portaria que regulamenta o funcionamento do INPP, remanejamento de cargos de gestão e instituição de Comitê de Busca para condução de processo seletivo para escolha do Diretor da unidade (com base em competência técnicocientífica, gerencial e administrativa), além da composição da força de trabalho da unidade por meio do remanejamento de servidores e reforço de pessoal, e implantação de bolsas.
7. É, forçoso, por fim, trazer à memória que o Pantanal foi devastado pelas queimadas em 2020 e alguns estudos já demostram que 2021 será ainda pior, razão que reforça a premência deste esforço político-institucional sobre o Pantanal que, aliás, vem mobilizado tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, que insituíram comissões temporárias externas para acompanhar as ações preventivas e de enfrentamento aos incêndios.
8. Para tratarmos deste importante tema e suas enormes contribuições adicionais à preservação e desenvolvimento do Bioma, é que **requeremos à Vossa Excelência audiência**, contando com a participação do Senhor Ministro, da Secretaria Executiva, da Subscretaria de Unidades Vinculadas, da Diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, da UFMT, UFMS, Embrapa Pantanal, Unemat, UEMS, IFM, IFMT, além de representações dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e da comunidade científica, com nomes que podemos designar, tão logo confirmada a agenda.
9. Certos do acolhimento por este importante Ministério, nos colocamos inteiramente a disposição para quaisquer esclarecimentos e aguardamos, com grande expectativa pelo agendamento desta importantíssima reunião.

Respeitosamente,

|  |  |
| --- | --- |
| **Professora Rosa Neide**  Deputada Federal | **Wellington Fagundes**  Senador da República |